



BRASÍLIA-DF

por Denise Rothenburg » deniserothenburg.df@dabr.com.br



Fica esperto

Com a classe política pressionando pelas emendas ao Orçamento, e a área econômica chamando os políticos à realidade das contas, o ministro da Economia, Paulo Guedes, se viu obrigado a usar a única linguagem que assusta: se Bolsonaro não vetar o Orçamento, vai “pedalar” igual a presidente Dilma Rousseff. Daí que surgiu a carta em que o relator, senador Márcio Bittar (MDB-AC), anuncia o cancelamento de R\$ 10 bilhões a fim de recompor as despesas obrigatórias, depois que o Orçamento for sancionado

Olha a lambança

A área técnica alerta que é bom o relator ter cuidado para que esse remendo não vire outra “lambança” no tema Orçamentário. A proposta já foi aprovada e só pode ser modificada por lei de iniciativa do Poder Executivo, ou uma “errata” por parte do relator, alegando equívoco técnico ou legal, que precisa ser aprovada pela Comissão Mista de Orçamento e pelo Congresso.

Troca de comando familiar

Nos últimos dias, aliados de Bolsonaro detectaram uma mudança entre os filhos do presidente. Carlos, o 02, está mais recolhido e Eduardo, o 03, é quem está cuidando das redes de apoio do pai.

Sem Exército, é preciso ter partido

Bolsonaro está convencido de que precisará de um partido maior para sua campanha reeleitoral. Teme que, numa pequena legenda e sem recursos, que é o caso do Patriotas, o de sua preferência, fique difícil levar a campanha adiante. Ficou de bater o martelo em março, mas, diante dos problemas, deixou para abril.

Bolsonaro sem saída

Depois de o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), dizer que havia limites na relação do Poder Executivo com o Legislativo, foi a vez de os militares mostrarem a Jair Bolsonaro que as tropas não estão à disposição para fazer valer a frase “o meu Exército não vai defender lockdown”. A troca dos comandantes militares era a última cartada dentro da normalidade institucional a que o presidente recorreu para tentar fazer valer a sua vontade de voltar à normalidade, com pandemia e tudo. Ele já havia tentado uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) e tinha esperanças, ainda, numa nova lei que lhe desse respaldo, uma vez que não conseguiu um ministro da Saúde médico que despreze o distanciamento social.

Nesse sentido, resta a Bolsonaro apelar no discurso para que os governadores e prefeitos levem essas medidas. Só tem um probleminha: quem está na ponta só vai abrir tudo se os índices de ocupação de leitos baixarem, como ocorreu no ano passado, antes da segunda onda. Sem vacinação em massa e ausência de um medicamento eficaz para todos os casos, o distanciamento é o que tem para hoje. O risco, avaliam alguns, é o presidente partir para o radicalismo, colocando seus seguidores mais fiéis contra os governadores. Ontem, por exemplo, foi um desses dias, com seus apoiadores nas ruas, defendendo o capitão. O volume, porém, ainda é considerado pequeno pelos aliados de Bolsonaro. Outras manifestações virão.



Nelson Almeida/AFP - 19/6/20

CURTIDAS



Juntos pela democracia/ Por iniciativa do ex-deputado e ex-ministro Luiz Henrique Mandetta (foto), ex e futuros candidatos a presidente da República lançaram um “manifesto pela consciência democrática”, em que defendem a democracia e o respeito à Constituição, como valor maior, citando ainda a solidariedade. Assinam o documento Ciro Gomes, Eduardo Leite (governador do Rio Grande do Sul), João Amoêdo (Novo), João Doria (governador de São Paulo), Luciano Huck e Mandetta. A íntegra está no Blog da Denise, em www.correiobraziliense.com.br.

Bem aceitos por todos/ Ex-presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC) dá o tom da aceitação dos novos comandantes militares nos partidos de esquerda: “Conheço-os como homens de grande espírito público, que terão o desafio de manter as Forças Armadas como instituições de Estado a serviço do Brasil, e não do governo. Precisam atuar no sentido oposto do que faz Bolsonaro e garantir a unidade nacional para vencer os desafios da covid”.

Sai daí rapidinho!/ O novo ministro da Defesa, Braga Netto, estava com tanta pressa que esqueceu a foto oficial dos comandantes ao apresentá-los numa coletiva. Tudo para fugir às perguntas que ainda não foram respondidas. Em especial, o porquê da troca dos comandantes militares.

Hora da pausa/ Diante de tantas notícias nos últimos dias, é hora de uma pausa para tentar relaxar e recarregar as baterias. A coluna por esses dias fica a cargo do jornalista Carlos Alexandre de Sousa. Boa Páscoa a todos.

Na primeira reunião do grupo de Estado para o acompanhamento da covid-19, enquanto o ministro da Saúde e os comandantes do Congresso defendem medidas restritivas, presidente exige que se retorne logo à normalidade para evitar o aprofundamento da crise econômica

Bolsonaro contraria comitê

» AUGUSTO FERNANDES
» INGRID SOARES

Na primeira reunião do comitê de Estado para fiscalizar as ações do governo federal no enfrentamento à pandemia da covid-19, Jair Bolsonaro adotou um discurso totalmente oposto ao que foi defendido pelos parlamentares e pelo ministro da Saúde, Marcelo Queiroga. Ao contrário deles, o presidente voltou a atacar medidas restritivas como forma de contenção do novo coronavírus e pregou que o país retorne às atividades normalmente para trabalhar e salvar a economia.

Ao fim da reunião, Queiroga e os presidentes da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), cobraram mais conscientização da população para que as aglomerações sejam evitadas e que os cuidados com a higiene e a proteção pessoal não sejam esquecidos. Mas, menos de 20 minutos depois, Bolsonaro também falou a jornalistas e ignorou todas as recomendações do ministro e dos parlamentares.

“Não é ficando em casa que vamos solucionar esse problema. O apelo que a gente faz, aqui, é que essa política de lockdown seja revista. Isso cabe na ponta da linha aos governadores e aos prefeitos, porque só assim nós podemos voltar a normalidade”, disse.

Sem mais uma vez usar máscara, Bolsonaro também pediu o retorno da população ao trabalho e ressaltou que não poderá bancar o auxílio emergencial para sempre. Disse, ainda, “temer por problemas sociais gravíssimos no Brasil” caso ocorra o prolonga-

mento de medidas restritivas. “A fome está batendo cada vez mais forte na casa dessas pessoas que lacrimejam seus olhos quando veem que não têm o mínimo para dar a seus filhos”.

E novamente comparou a restrição da circulação ao estado de sítio, coisas totalmente distintas. “Essa política de isolamento, de medidas restritivas, com toque de recolher com supressão do direito de ir e vir, extrapola em muito até mesmo um estado de sítio. Apelo a todas as autoridades do Brasil que revejam essa política e permitam que o povo vá trabalhar”.

Desalinhamento

A posição de Bolsonaro foi motivo de comentário de Pacheco sobre a falta de um discurso único de todos do comitê. Segundo o presidente do Senado, “é muito importante que haja um alinhamento no sentido de haver uma uniformização do discurso de que é necessário se vacinar, usar máscara, higienizar as mãos e o distanciamento social”.

Já Queiroga amenizou o que dissera Bolsonaro. Reforçou que a restrição de atividades não resolve o problema, mas frisou que as recomendações da ciência não devem ser deixadas de lado. “O trabalho faz parte do mínimo existencial de cada um de nós. Então, precisamos de medidas sanitárias efetivas. Precisamos deixar nossas divergências e ir com os pontos que a ciência já consagrou como eficazes para combater a covid-19”, afirmou, recomendando, ainda, que se evite aglomerações na Semana Santa. “Não há o que se comemora-

Evaristo Sá/AFP



Queiroga e presidente: campos opostos quando assunto é distanciamento

rar. É importante usar máscara, ficar em casa e manter o isolamento”, acrescentou, no sentido contrário ao do presidente.

Já Lira contestou o ritmo da vacinação e cobrou do governo a apresentação de um levantamento de quantas doses foram aplicadas. “Por que o Brasil distribuiu 34 milhões de doses e só te-

mos 18 milhões aplicadas? Não acho que seja possível que governadores e prefeitos não estejam vacinando. Estamos com um déficit de quase 14 milhões de vacinas. Nossa solicitação é para que o Ministério da Saúde forme um grupo mais rígido de controle desses dados”, exigiu o presidente da Câmara.

Ribeiro critica a autonomia do Inep

» SARAH TEÓFILO
» JOÃO CARLOS MAGALHÃES*

Em audiência na Câmara dos Deputados, o ministro da Educação, Milton Ribeiro, afirmou, ontem, que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável por organizar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), estava “tendo uma independência” para além daquela que uma autarquia deve ter. Segundo ele, estava “querendo ser protagonista das políticas públicas de educação no Brasil”.

“Não é assim que acontece. Não comigo”, sentenciou.

Em fevereiro, Ribeiro demitiu o ex-presidente do Inep Alexandre Lopes, nomeando para substituí-lo Danilo Dupas Ribeiro, ex-secretário de Regulação e Supervisão do Ensino Superior do MEC. Mas, em março, houve outra mudança no instituto, quando o governo nomeou para a Diretoria de Avaliação da Educação Básica, diretamente responsável pelo Enem, o coronel-aviador Alexandre Gomes da Silva.

O ministro afirmou que, assim que assumiu o MEC, não fez mudanças nas presidências de órgãos vinculados justificando que, antes, procurou compreender o papel de cada um na formulação e no apoio das políticas do MEC. “O que não abro mão é de ser o formulador de políticas públicas, que, no fundo, sou eu, que depois respondo por elas. (As políticas) Têm que nascer aqui, no MEC. As instituições vinculadas, embora autarquias, que tenham independência, são assessoras das

políticas que nascem no gabinete. Isso não quer dizer que uma política não pode ser gestada na mente de algum líder de uma das vinculadas, e vir ao ministro e à sua equipe”, disse.

O ministro, ao salientar que percebe o Inep com independência além da necessária, disse que quer participar da gestão, dos assuntos sobre o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). “Se existe alguém mais interessado em ter bons resultados dos alunos em todos esses testes sou eu. Eu quero participar, quero opinar, e é isso que eu fiz. Eu trouxe um pouco para perto para que pudéssemos avaliar”, afirmou.

Ribeiro também se disse favorável ao veto ao Projeto de Lei 3.477/20, que destinava recursos para assegurar a internet grátis a alunos e professores da educação básica durante a pandemia. Ele defendeu a posição do presidente Jair Bolsonaro ao afirmar que o PL não tinha clareza, nem um diagnóstico preciso de onde os recursos seriam aplicados. “O veto teve meu apoio. Não há clareza suficiente nem diagnóstico adequado a respeito dos gastos efetivos. Em outras palavras, despejar dinheiro na conta não é política pública”, explicou.

Ele lembrou que o PL não contempla alunos que estão fora de centros urbanos, por exemplo. “São 54 mil escolas rurais no Brasil. Quer dizer, então, que essa política é para área urbana? Os mais de 100 mil alunos da área rural estariam totalmente alienados dela?”, indagou.

*Estagiário sob a supervisão de Ana Sá